

ganhariam por isso em serem mais problematizados e confrontados com as estratégias em luta.

A compreensão do texto é larga de mais para ser a de uma monografia, pois não estuda apenas as chefias militares nem as estuda à exaustão; tão-pouco é uma história do período; nem é a história de um problema devidamente identificado. De outro ângulo, diremos que tem investigação a mais para uma tese de mestrado e maturação a menos para uma dissertação de doutoramento.

Teria sido vantajosa uma análise mais circunstanciada da historiografia portuguesa do período e do tema.

O livro tem um índice onomástico e analítico; falta-lhe um índice das fotografias.

A exclamação que dá o título à obra — «Estamos a trabalhar debaixo de fogo!» — teria sido dita por Salazar aos militares; teria sido, portanto, uma das ironias pesadas com as quais o então chefe do governo gostava de brindar aqueles seus inimigos íntimos e em particular os oficiais do Exército: quando a frase é dita, o Exército não estava debaixo de fogo — nem, ao que diziam os seus chefes, poderia estar, pois a falta de armas não lhe permitiria defender Portugal. *Debaixo de Fogo!* dar-se-á conta da ironia?

Mesmo que não dê, nem por isso *Debaixo de Fogo!* deixa de ser uma obra estimulante; tem valiosos elementos descritivos sobre as relações entre o Estado e o Exército nos anos 1930 — por exemplo: a atitude dos generais perante Salazar e o Estado;

usa um estilo vigoroso ainda que por vezes um pouco pomposo ao serviço de uma narrativa aliciante; tem uma enérgica base documental; tem por base o trabalho sério de numerosas fontes secundárias e sobretudo primárias, nomeadamente os arquivos pessoais dos generais Tasso Miranda Cabral e Luís Pinto Lello e do brigadeiro Soares Zilhão, guardados no Arquivo Histórico Militar. Digamos de passagem que, dados os bons serviços que este arquivo militar prestou à produção do livro em apreço, resulta pouco compreensível a crítica — aliás não especificada — aos arquivos militares (p. 11).

Telmo Faria tem um talento invulgar para investigar e escrever história; esperemos que saiba compatibilizar a sua produção historiográfica com o exercício das funções que começou a exercer depois da publicação de *Debaixo de Fogo!*

LUÍS SALGADO DE MATOS

*André Belo, A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso (1715-1760)*, Lisboa, ICS, col. «Estudos e Investigações», n.º 21, 2001, 139 páginas.

A história da informação e do seu processamento em Portugal no sécu-

lo XVIII é o cenário de investigação e de reflexão metodológica que esteve na base deste estudo. Numa primeira fase começou por ser uma dissertação de mestrado apresentada por André Belo ao Instituto de Ciências Sociais e em 2001 ganhou uma nova dinâmica de circulação académica, ao ser publicada pela Imprensa de Ciências Sociais. As grandes questões levantadas pelo autor centram-se no seguinte: que livros se liam em Portugal no século XVIII? Quem os lia?

O livro desdobra-se em três partes. Num primeiro momento, o autor revisita a historiografia internacional centrada no objecto livro. A emergência do Estado moderno é indissociável da invenção do prelo tipográfico e do seu progressivo uso, substituindo a forma e o ritmo da escrita da mão humana por uma nova legitimidade: a palavra impressa. É, pois, em torno do «fascínio pelo livro impresso» que somos conduzidos a um breve périplo de leituras sistematizadas sobre o papel cultural e sociológico do livro e da leitura na sociedade europeia.

O livro, enquanto protagonista de práticas culturais do quotidiano dos agentes dos Estados da Europa, é inserido por André Belo numa teia de referências bibliográficas hierarquizadas, de acordo com as suas leituras, decorrentes da sua ideia de Europa. Expliquemo-nos. Se num primeiro momento temos a historiografia francesa como o grande suporte de referências, gradualmente somos conduzidos aos novos temas de investigação proporcionados pela

fulgurante aparição do livro impresso e pelo seu uso em diferentes universos sociológicos da Europa do Norte e da Europa do Sul. «Face a um Norte e Centro europeus de maior produção e vocação exportadora, a Europa do Sul, sobretudo a região ibérica, parece «demasiado fraca para satisfazer necessidades religiosas e universitárias» entre a segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII» (p. 31).

Expostas, em síntese, as ligações entre o livro impresso e os (novos) caminhos metodológicos do estudo do livro e da leitura, o autor transporta-nos, na segunda parte, para outro domínio de textos impressos: o das publicações periódicas, o mundo das *gazetas*, no qual vamos percorrendo os itinerários internos e externos da *Gazeta de Lisboa* (1750-1760). É interessante seguir, paulatinamente, as condições de produção deste tipo de objecto impresso, como suporte de divulgação de *notícias* variadas, através dos mecanismos de comunicação estabelecidos entre editores e tipografias, autores/colaboradores e a corte. Numa outra fase da organização do periódico inseria-se o manuseamento e a filtragem da informação a publicitar para se fazer chegar ao público destinatário: os leitores da *Gazeta de Lisboa*.

Num contexto de gradual abertura e diversificação dos círculos de opinião pública, a *Gazeta de Lisboa*, tal como todas as *gazetas* da Europa setecentista, marcou a charneira entre a circulação do livro impresso e a circulação da imprensa periódica

favorecida pelo ambiente de cosmopolitismo das Luzes e da Revolução Francesa de 1789. Para Portugal, segundo o autor, esta alteração só foi possível «depois da morte de D. José e do afastamento de Pombal» (p. 64).

Chegados à terceira parte do livro, somos confrontados com os cruzamentos temáticos entre anúncios, informação de livros e tipologias de potenciais leitores existentes na sociedade portuguesa. Os dados recolhidos, a partir das diferentes formas de anunciar os livros editados e publicitados nas páginas da *Gazeta de Lisboa*, a par das caracterizações relativas ao formato das edições (livro e/ou folheto) presentes nas *advertências de anúncios*, permitiram a André Belo arquitectar uma proposta de universos de leitura para Portugal. Com informação explicitada em gráficos, temos grandes grupos de arrumação de temas de livros e de folhetos publicados e anunciados como matéria de informação nas páginas da *Gazeta de Lisboa* — religião, direito, história, filosofia e artes, letras humanas. Cada um destes grupos contém vários subgrupos temáticos, nos quais encontramos os temas específicos dos anúncios informativos. «Com estes resultados encontramos desenhada a ossatura geral dos temas das obras tornadas públicas pela *Gazeta de Lisboa*. Essas obras ganham assim um determinado objectivo: o da oferta global de textos impressos que foi feita ao longo de quarenta e cinco anos» (p. 86).

Estes dados, quando comparados com o suporte informativo tradicio-

nalmente utilizado para conhecer as publicações de época, os catálogos de editores tipográficos, como o da família Reycend, são muito mais amplos, demonstrando alguma discrepância. «As claras diferenças entre a literatura de catálogo e a que é anunciada neste periódico permitem-nos definir os catálogos de livreiros desta época como dispendo de uma oferta maioritariamente especializada» (p. 87) e divulgando informação, sobre os pontos de venda, muito mais diversificada do que a dos catálogos de impressores. Estamos, pois, perante uma nova geografia de pontos de venda de leitura e de diversidade de livros anunciados nas páginas informativas de um objecto impresso, cuja principal função era estabelecer teias de comunicação entre os seus mentores/fazedores e os seus leitores/compradores.

O que torna este estudo particularmente importante é o olhar minucioso, analítico, criativo e construtivo que André Belo lança sobre a *Gazeta de Lisboa* enquanto fonte histórica. Não temos a reconstrução informativa de acontecimentos; não foi o factual legislativo ou informativo que funcionou como motor de arranque para o estudo que acabámos de analisar. A esfera pública, como consumidora de publicidade, como elemento activo de leitura de anúncios inseridos na estrutura matricial da organização das *gazetas*, foi alimentada por uma diversidade de potenciais leituras de livros, nacionais e internacionais, tematicamente di-

versificados, com indicação do local de venda e da origem tipográfica ou livreira. Quer dizer, alguns espaços informativos das páginas da *Gazeta de Lisboa*, enquanto objecto impresso com regularidade periódica, tornaram-se espaços vitais de análise e de recolha de dados para o estudo do livro e da leitura em Portugal.

Não deixa de ser interessante seguir as palavras finais de André Belo a este propósito. «Para o período considerado neste livro, a *Gazeta de Lisboa* pode constituir uma fonte desconcertante. Trata-se de uma série de informação regular, abundante em texto, formando um total de mais de quarenta compactos volumes, incluindo uma dezena de milhares de páginas [...] De certo ponto de vista, a fonte é bem mais generosa se considerarmos os pequenos anúncios que aparecem regularmente no fim do periódico, de forma bem demarcada, quer em termos gráficos, quer em termos de função, da parte noticiosa» (p. 105).

Foi graças à «generosidade» da fonte que o «estado da arte» sobre a circulação do objecto impresso em Portugal ficou enriquecido, quer para o campo de estudo das publicações periódicas, quer para o domínio da circulação do livro e dos folhetos impressos. A pairar sobre estes dois temas temos ainda a dimensão sociológica da leitura: os leitores e os locais de apetrechamento de leituras na cidade de Lisboa entre 1715 e 1760.

*Bent Flyvbjerg, Making Social Science Matter: Why Social Inquiry Fails and How It Can Succeed Again*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

A obra de Bent Flyvbjerg coloca-nos três questões centrais que, tendo como ponto de partida o domínio epistemológico clássico, nos orientam para duas temáticas transversais: acção e valor. A primeira é central ao domínio epistemológico num sentido estrito — *o que é o conhecimento?* — e assume-se como um ponto de partida estruturante: é aqui que reside a separação entre as «ciências naturais» e as «ciências sociais». A segunda procura introduzir uma nova dinâmica na percepção do que é o conhecimento e de como ele é apropriado pelos indivíduos em processos de aprendizagem e acção — *como se adquire o conhecimento e as capacidades?* Por fim, a terceira questão assume um carácter valorativo ao introduzir a questão dos fins que regulam as duas questões anteriores — *para que serve o conhecimento?*

Se as questões apresentadas não são propriamente inovadoras, entendemos que há um certo grau de inovação na forma como o autor procurou encontrar respostas e como estas se foram constituindo, quer em novas questões, quer em possibilidades de intervenção no real. Tenhamos em conta que Bent Flyvbjerg é um académico do planeamento, com uma experiência adquirida na relação entre o Regional Planning Authority